UNIFEOB

Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PROJETO INTERDISCIPLINAR**

ELABORAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL, DRE E DFC ATRAVÉS DE LANÇAMENTOS SIMULADOS A SEREM REALIZADOS COM BASE NAS DEMONSTRAÇÕES DE UMA EMPRESA REAL

**LOJAS AMERICANAS**

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP JUNHO 2019

UNIFEOB

Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PROJETO INTERDISCIPLINAR**

ELABORAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL, DRE E DFC ATRAVÉS DE LANÇAMENTOS SIMULADOS A SEREM REALIZADOS COM BASE NAS DEMONSTRAÇÕES DE UMA EMPRESA REAL

**LOJAS AMERICANAS**

Módulo 05 – Contabilidade Aplicada

Contabilidade Avançada – Prof. Marcelo de Castro Cicconi

Análise de Normas e Pronunc. Contábeis – Prof. Antonio Donizeti Fortes

Teoria da Contabilidade – Prof. Luiz Fernando Pancine

Práticas de Sistemas Contábeis – Prof. Danilo Morais Doval

Contabilidade Comercial – Prof. Max Streicher Vallim

Alunos:

Beatriz Jardim Peracin, RA 17000425 Fabio Henrique Junior, RA 17000286 João Gabriel R. Maximo, RA 17001361 Marta Luciete da Silva, RA 17000856

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP JUNHO 2019

2

**SUMÁRIO**

1 INTRODUÇÃO 5

2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA 6

3 PROJETO INTERDISCIPLINAR 8

3.1 CONTABILIDADE AVANÇADA 8

3.1.1 AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO 8

3.1.2 FLUXO DE CAIXA 12

3.2 ANÁLISE DE NORMAS E PRON. CONTÁBEIS 16

3.2.1 CPC 47 – RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE 16

3.2.2 CPC 16 (R1) – ESTOQUES 19

3.2.3 CPC 20 (R1) – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS 20

3.2.4 CPC 27 - ATIVO IMOBILIZADO 25

3.2.5 CPC 04 (R1) - ATIVO INTANGÍVEL 26

3.2.6 CPC 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE 29

3.3 TEORIA DA CONTABILIDADE 30

3.3.1 ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE 33

3.3.2 ATIVO E PASSIVO 35

3.3.3 RECEITAS, DESPESAS, PERDAS E GANHOS 37

3.4 PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS 38

3.4.1 – BALANÇO PATRIMONIAL 39

3.4.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE 39

3.4.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC 40

3.4.4 – RAZÃO CONTÁBIL 40

3.5 CONTABILIDADE COMERCIAL 41

3.5.1 – TRANSAÇÕES COMERCIAIS 41

3.5.2 – OPERAÇÕES FINANCEIRAS 44

3.5.3 – OPERAÇÕES COM FOLHA DE PAGAMENTO 46

4 CONCLUSÃO 47 3

REFERÊNCIAS 49

ANEXOS 50 4

**1 INTRODUÇÃO**

Neste projeto apresentaremos uma contabilidade mais avançada através de

demonstrações, lançamentos e análises. Para que o projeto seja enriquecido escolhemos

uma empresa real, no caso as Lojas Americanas S.A., e assim utilizarmos do seu próprio

balanço patrimonial como saldos iniciais para nosso plano de contas. Com a empresa

escolhida e com os valores estipulados conduzimos cada matéria deste semestre ao

projeto e aplicaremos os devidos temas apresentados.

Na unidade de estudo contabilidade avançada abordaremos conceitos como

avaliação de investimentos e fluxo de caixa, onde servirá de apoio para as demais

unidades de estudo. Em outra parte, apontaremos a matéria teoria da contabilidade

produzindo uma síntese de tópicos mais importantes com ativo e passivo, receitas e

despesas, perdas e ganhos, e mais algumas teorias principais para o bom entendimento

da contabilidade.

Análise de normas e pronunciamentos contábeis descreveremos alguns CPCs

–(), suas mensurações, objetivos, alcances e definições. Com estes pronunciamentos que

são utilizados para lançamentos contábeis iniciaremos um movimento nos saldos através

de alguns lançamentos estipulados por nossos professores. E que no caso é na parte de

contabilidade comercial, onde serão apresentados os lançamentos devidos como no

momento de compra e venda de mercadorias, de empréstimos, investimentos e vários

fatos que geram a necessidade de contabilização. Estes lançamentos serão feitos através

de sistema contábil que darão origem às demonstrações.

Esperamos produzir um projeto que contribua para o entendimento de fatos

contábeis para todos os tipos de usuários que buscam a contabilidade. E também

analisar com base nos lançamentos as mutações estabelecidas por eles.

5

**2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA**

A Lojas Americanas S.A. é uma das maiores e mais tradicionais redes de varejo

do país. Tendo sua sede localizada no Rio de Janeiro, seu endereço, Rua Sacadura

Cabral - 102, Saúde. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica (CNPJ) é

33.014.556/0001-96.

Com 89 anos de vida, a empresa conta com mais de 1.320 lojas com presença

em todo o território nacional e com 4 centros de distribuição, em São Paulo, Rio de

Janeiro, Recife e Uberlândia, atuando também no comércio eletrônico, representado

pela B2W - Companhia Digital. A rede comercializa mais de 60.000 itens de 2.000

fornecedores diferentes, o que faz com que a Lojas Americanas detenha uma grande

participação do comércio brasileiro de brinquedos, bombonière, lingerie, CDs e DVDs,

jogos, higiene e beleza e utilidades domésticas.

A sua missão é realizar os sonhos e atender as necessidades de consumo das

pessoas, poupando tempo e dinheiro e superando as suas expectativas.

Já a visão é “Ser a melhor empresa de varejo do Brasil.”

A melhor empresa consiste em :

● Pelos Clientes, sermos considerados como a melhor opção de compras;

● Pelos Acionistas/Investidores, sermos considerados como o melhor

retorno no segmento;

● Pelos Associados, sermos considerados como a melhor opção de

desenvolvimento profissional;

● Pelos Fornecedores, sermos considerados como o melhor canal de

distribuição;

● Pela Sociedade, sermos considerados uma empresa social e

ecologicamente responsável.

6

E Tendo seus valores sob:

● Ter as melhores pessoas;

● Ser um bom "Dono do Negócio";

● Buscar excelência na operação;

● Ter foco no cliente;

● Delta – Fazer mais e melhor a cada dia;

● Ser obcecado por resultados.

Buscando atender seus propósitos e atingir seus objetivos, a Lojas Americanas

S.A encontra auxílio em valores próprios, os quais orientam o comportamento e atitude

de seus colaboradores e da empresa como todo.

7

**3 PROJETO INTERDISCIPLINAR**

**3.1 CONTABILIDADE AVANÇADA**

Abordaremos nesta unidade de estudo algumas análises, como investimentos

movimentos ocorridos na sociedade durante certo período. Relacionado a investimentos

veremos dois métodos: MEP - método de equivalência patrimonial e MCH - método

custo histórico, e com o movimento da sociedade: fluxo de caixa.

**3.1.1 AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO**

Investimentos são as participações permanentes em outras sociedades os direitos

de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à

manutenção da atividade da companhia ou da empresa.”. (BRASIL, 1976, p.20). E não

classificáveis também no Realizável a Longo Prazo.

A lei 6.404/76, devidamente alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09,

apresenta nos artigos 183 e 248 três métodos para avaliação (mensuração) dos

investimentos: a) Método do Custo; b) Método do Valor Justo; c) Método da

Equivalência Patrimonial.

Método da Equivalência Patrimonial, ou MEP, varia de acordo com o

Patrimônio líquido da investida, geralmente é utilizado em Coligadas e Controladas,

pois geralmente a investidora possui 20% ou mais da investida. Segundo o CPC 18 é

definido por:

“Pelo método da equivalência patrimonial,

o investimento em coligada, em

empreendimento controlado em conjunto e

em controlada (neste caso, no balanço

8

individual) deve ser inicialmente

reconhecido pelo custo e o seu valor

contábil será aumentado ou diminuído pelo

reconhecimento da participação do

investidor nos lucros ou prejuízos do

período, gerados pela investida após a

aquisição. A participação do investidor no

lucro ou prejuízo do período da investida

deve ser reconhecida no resultado do

período do investidor. As distribuições

recebidas da investida reduzem o valor

contábil do investimento. Ajustes no valor

contábil do investimento também são

necessários pelo reconhecimento da

participação proporcional do investidor nas

variações de saldo dos componentes dos

outros resultados abrangentes da investida,

reconhecidos diretamente em seu

patrimônio líquido.”

No ato da compra deve ser contabilizado no balanço da investidora o valor de

aquisição do investimento, e quando ocorrer lucro ou prejuízos, dividendos a receber

apurados pela investida no final de cada período empresa investidora optante pelo

método de equivalência patrimonial deve também contabilizar em seu balanço os

valores. As empresas investidoras possuem, cada uma, uma certa influência sobre a

empresa investida. De acordo com o CPC 18, que trata sobre investimentos, “Influência 9

significativa é o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida,

sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.” A partir deste conceito

de influência temos dois tipos de empresas investidoras: a coligada e a controlada.

A investidora coligada ocorre quando há influência sobre a investida, com uma

posse de pelo menos 20% das ações ou quotas da investida, ou seja, a investidora está

apta a participar das decisões tomadas na investida. Caso haja um acordo entre as duas

entidades, a investidora pode ter influência na investida possuindo menos de 20% de seu

percentual, isso pode acontecer quando a investidora nomear membros da gerência ou

participar do conselho administrativo.

Já a investidora controlada, segundo o CPC 18, é a entidade, incluindo aquela

não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, na qual a controladora,

diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe

assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de

eleger a maioria dos administradores. Assim a controlada deve deter 50% das cotas, ou

ter acima de 20% com influência significativa.

Método do Custo Histórico, ou MCH, tem como base o seu valor de aquisição

fixo. Nada irá modificar o valor da aquisição inicial, exceto a comprovação de perdas

permanentes, além disso, neste método a investidora não possui controle e nem

influência sobre a investida, tornando a investidora neste caso, sempre coligada.

Na mensuração inicial deverá ser contabilizado pelo valor de entrada, isto é, pelo

custo de aquisição constante do documento que comprova o ingresso do respectivo

investimento, acrescido dos demais encargos com a transação (Custos de Transação),

Corretagens, emolumentos, tributos etc. Ao final dos períodos são contabilizados os

dividendos a receber e diferente do método de equivalência patrimonial, não se

contabiliza lucro ou prejuízos, por ela não ter parte sobre este resultado.

O valor justo consiste em avaliar o investimento atribuindo-lhe o respectivo

valor de mercado. Valor justo - preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que 10

seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre

participantes do mercado na data de mensuração.

A forma de avaliação de cada investimento deve ser analisada conforme a

situação em que cada sociedade investidora e a investida encontram.

**Ágio e Deságio**

Quando da aquisição de investimento em sociedade controlada ou coligada,

sujeito à avaliação pelo valor de patrimônio líquido, o custo de aquisição deverá ser

desdobrado em subcontas distintas da conta que registrar o valor contábil do investida

O ágio ou deságio verificado na aquisição, representado, respectivamente, pela

diferença para mais ou para menos apurada entre o custo de aquisição do investimento e

o valor contábil do investimento determinado mediante aplicação da porcentagem de

participação da sociedade investidora no patrimônio líquido da sociedade investida.

O saldo não amortizado do ágio ou do deságio deverá ser apresentado no ativo

permanente, adicionado ou deduzido, respectivamente, do valor do investimento a que

se referir. **Mais Valia e Menos Valia**

Ela existe quando os ativos da empresa a ser investida, líquido dos passivos,

mensurados a valor justo individualmente, valem mais que seu valor contábil.

A mais-valia fundamenta-se na existência de ativos e passivos líquidos cujo

valor justo é superior ao valor contábil. Dessa forma a baixa dessa mais-valia deve ser

feita proporcionalmente à realização dos ativos e passivos que lhes deu origem.

A mais-valia ou a menos-valia correspondem à diferença entre o valor justo dos

ativos líquidos da investida, na proporção da porcentagem da participação adquirida, e o

valor de patrimônio líquido constante na contabilidade no momento da aquisição.

**3.1.2 FLUXO DE CAIXA**

11

No decorrer de cada período o movimento estabelecido na conta caixa e seus

equivalentes, é de grande importância para observar como a saúde econômica da

empresa encontra-se. Este fato é de grande importância para os administradores que

precisam tomar decisões diariamente. Não somente eles, mas também outros usuários

da contabilidade detêm destes números para a disponibilização de recursos,

investimentos ou até mesmo compra da empresa. Assim sendo temos as Demonstrações

de Fluxo de Caixa (DFC) que abordaram essas entradas e saídas de caixa e equivalentes

de caixa. A Demonstração do Fluxo de Caixa se tornou uma demonstração obrigatória

com a Lei no 11.638/07, no qual alterou a Lei no 6.404/76, a lei que rege as Sociedades

Anônimas no Brasil e que substitui a antiga DOAR – Demonstração das Origens e

Aplicações de Recursos.

A demonstração do fluxo de caixa agora é prescrita conforme as orientações do

CPC 03 (R2), na sua integralidade, e que foi elaborado segundo as normas

internacionais de contabilidade.

Alguns conceitos estão no texto legal do pronunciamento técnico, como é o caso

no qual o DFC deva incluir somente as entradas e saídas de caixa e equivalentes de

caixa.

Caixa: Compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de Caixa: São aplicações financeiras de curto prazo, de alta

liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que

estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

E por fim, Fluxo de Caixa: São as entradas e saídas (propriamente ditas) de caixa

e equivalentes de caixa.

Um dos fluxos de caixa é o descontado, ele é um método para avaliar a riqueza

econômica de uma empresa dimensionada pelos benefícios de caixa a serem agregados

no futuro e descontados por uma taxa de atratividade que reflete o custo de

oportunidade dos provedores de capital.

12

A seguir veremos o método de fluxo de caixa direto, esta demonstração

evidencia todos os pagamentos e recebimentos decorrentes das atividades operacionais

da empresa, devendo apresentar os componentes do fluxo por seus valores brutos.

Deverão ser apresentados a obrigatoriedade, os métodos para a elaboração da

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e estrutura da DFC.

13

14

A opção para este método deve apresentar, no mínimo os seguintes tipos de

pagamentos e recebimentos relacionados às operações:

● Recebimentos de clientes;

● Juros e dividendos recebidos;

15

● Pagamentos de fornecedores e empregados;

● Juros pagos;

● Imposto de renda pago;

● Outros recebimentos e pagamentos.

A DFC direto consiste em classificar os recebimentos e pagamentos utilizando

as partidas dobradas e tem como vantagem permitir a geração de informações como

base em critérios técnicos livres de qualquer interferência da legislação fiscal. Neste

método começa-se a explicação dos caixas gerados pelas operações da empresa pelo

recebimento das vendas.

**3.2 ANÁLISE DE NORMAS E PRON. CONTÁBEIS**

**3.2.1 CPC 47 – RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE**

O propósito deste CPC é estabelecer os princípios que a entidade deve aplicar

para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a

natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de

contrato com cliente.

A entidade deve aplicar este pronunciamento a todos os contratos com clientes,

exceto os seguintes:

● Arrendamento Mercantil;

● Contrato de Seguro;

● Instrumentos Financeiros;

● Permutas entre entidades para negócios similares.

A entidade deve considerar essas práticas e processos ao determinar se e quando

um acordo com o cliente cria direitos e obrigações exigíveis.

Os contratos podem ser escritos, verbais ou sugeridos pelas práticas usuais de

negócios da entidade. As práticas e os processos para estabelecer contratos com clientes

variam entre jurisdições, setores e entidade.

16

Além disso, eles podem variar dentro da entidade (por exemplo, eles podem

depender da classe do cliente ou da natureza dos bens ou serviços prometidos). A

entidade deve considerar essas práticas e processos ao determinar se e quando um

acordo com o cliente cria direitos e obrigações exigíveis.

A entidade deve contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente que esteja

dentro do alcance deste pronunciamento somente quando todos os critérios a seguir

forem atendidos:

(a) quando as partes do contrato aprovar o contrato (por escrito, verbalmente ou

de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em

cumprir suas respectivas obrigações;

(b) quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos

bens ou serviços a serem transferidos;

(c) quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou

serviços a serem transferidos;

(d) quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o

risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como

resultado do contrato); e

(e) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito

em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a

possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve

considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da

contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual a entidade tem direito

pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a

entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço.

No início do contrato, a entidade deve avaliar os bens ou serviços prometidos em

contrato com o cliente e deve identificar como obrigação de desempenho cada promessa

de transferir ao cliente:

(a) bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou

17

(b) série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e

que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

Notas:

Nota 1: Série de bens ou serviços distintos tem o mesmo padrão de transferência

para o cliente, se ambos os critérios a seguir forem atendidos:

(a) cada bem ou serviço distinto da série que a entidade promete transferir ao

cliente atende aos critérios para ser obrigação de desempenho satisfeita ao longo do

tempo; e (b) o mesmo método é utilizado para mensurar o progresso da entidade em

relação à satisfação completa da obrigação de desempenho para transferir ao cliente

cada bem ou serviço distinto da série.

Para cada obrigação de desempenho identificada, a entidade deve determinar, no

início do contrato, se satisfaz à obrigação de desempenho ao longo do tempo ou se

satisfaz à obrigação de desempenho em momento específico no tempo. Se a entidade

não satisfizer a obrigação de desempenho ao longo do tempo, a obrigação de

desempenho é satisfeita em momento específico no tempo.

Assim, a norma contábil determina que uma empresa só pode reconhecer

contabilmente a receita se tiver cumprido sua obrigação contratual, denominada de

obrigação de desempenho, seja ela a de entregar um bem (tangível ou intangível –

cessão de direitos, ou a de prestar um serviço).

Em um contrato, pode haver uma ou mais obrigações. Um contrato pode, ainda,

estar relacionado com outro(s) – conjunto de contratos que dizem respeito a um só.

Bens e serviços são ativos, mesmo que apenas momentaneamente, quando são

recebidos e usados (como no caso de muitos serviços). O controle do ativo refere-se à

capacidade de determinar o uso do ativo e de obter substancialmente a totalidade dos

benefícios restantes provenientes do ativo. O controle inclui a capacidade de evitar que

outras entidades direcionam o uso do ativo e obtenham benefícios desse ativo. Os 18

benefícios do ativo são os fluxos de caixa potenciais (entradas ou economias em saídas)

que podem ser obtidos direta ou indiretamente de muitas formas, como, por exemplo:

(a) pelo uso do ativo para produzir bens ou prestar serviços (incluindo serviços

públicos);

(b) pelo uso do ativo para aumentar o valor de outros ativos;

(c) pelo uso do ativo para liquidar passivos ou reduzir despesas;

(d) pela venda ou troca do ativo;

(e) pela caução do ativo em garantia de empréstimo; e

(f) pela retenção do ativo.

Quando qualquer das partes do contrato tiver concluído o desempenho, a

entidade deve apresentar o contrato no balanço patrimonial como ativo de contrato ou

passivo de contrato, dependendo da relação entre o desempenho pela entidade e o

pagamento pelo cliente. A entidade deve apresentar separadamente como recebível

quaisquer direitos incondicionais à contraprestação.

O objetivo dos requisitos de divulgação consiste em que a entidade divulgue

informações suficientes para permitir aos usuários de demonstrações contábeis

compreender a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa

provenientes de contratos com clientes. Para atingir esse objetivo, a entidade deve

divulgar informações qualitativas e quantitativas sobre todos os itens seguintes:

● seus contratos com clientes;

● julgamentos significativos e mudanças nos julgamentos feitos ao aplicar

este pronunciamento a esses contratos; e

● quaisquer ativos reconhecidos a partir dos custos para obter ou cumprir

um contrato com cliente.

**3.2.2 CPC 16 (R1) –ESTOQUES**

O objetivo deste CPC é determinar o tratamento contábil para os estoques. No

caso das companhias industriais e comerciais, os estoques significam um dos ativos 19

mais importantes do capital circulante e da posição financeira, proporcionando

orientações sobre a determinação do valor de custo dos estoques e sobre o seu

subsequente reconhecimento como despesa em resultado, incluindo qualquer redução ao

valor realizável líquido.

O conceito de ativos são os estoques de materiais ou suprimentos a serem

transformados nos processos produtivos, considerados ativos destinados para venda, ou

que estejam em processo de produção para venda.

Aplicável a todos os estoques, exceto:

● Produtos em processo relativos a contratos de construção – IAS 11

● Instrumentos Financeiros – IAS 32 e IAS 39

● Ativos biológicos relacionados com atividade de agricultura e da

● produção agrícola no ponto de colheita– IAS 41

A norma não se aplica na mensuração de estoques detidos por:

● Produtores de produtos agrícolas e florestais, produto agrícola após

colheita e de minerais e produtos minerais, até o ponto que eles sejam

mensurados pelo valor líquido de realização, de acordo com as práticas

bem estabelecidas pela indústria na qual está inserida.

● Corretores de commodities que mensurem seus estoques pelo valor justo

(Fair Value), menos os custos de vendas.

A mensuração de estoques pode ocorrer pelo valor do custo ou pelo valor

realizável líquido, devendo a entidade optar por aquele que for menor:

- Custos dos estoques são formados pela inclusão de todos os custos relativos à

aquisição que contempla preço de compra, impostos de importação e demais tributos

exceto os recuperáveis junto ao Fisco, aqueles relativos a transporte, seguro, manuseio,

e outros atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços.

20

- Transformação que são formados pelos custos diretamente relacionados com as

unidades produzidas ou com as linhas de produção (exemplo: mão de obra direta).

Também são formados por custos indiretos de produção, sejam eles fixos ou variáveis.

- Valor Realizável Líquido é definido pela norma internacional IAS 2, como

sendo o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial, menos

os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a

venda. Portanto, entende-se que a quantia líquida que uma empresa pretende com a

venda de seus ativos não deve ser escriturada por quantias superiores àquelas que se

espera que sejam realizadas com a sua venda ou uso.

As estimativas do valor realizável líquido são baseadas nas estimativas mais

confiáveis, levam em consideração variações nos preços e custos relacionados a eventos

ocorridos após o término do período, uma vez que esses eventos são capazes de

confirmar as condições existentes no fim do período.

Tipos de custos:

- Fixos, são aqueles que não dependem do volume de produção. -Variáveis são

aqueles que variam em função da quantidade produzida.

- De transformação incluem a mão de obra direta mais os custos fixos diretos e

indiretos.

- Custos de fabricação são compostos pelo material direto, mão de obra direta e

o custo indireto.

Os critérios mais conhecidos para a avaliação dos estoques, segundo o artigo 295

do RIR/99, são:

- Preço específico.

- PEPS (Primeiro que Entra, Primeiro que Sai).

- UEPS (Último que Entra, Primeiro que Sai).

- Preço médio ponderado permanente.

- Preço médio ponderado mensal.

21

No que concerne à divulgação dos estoques requer que as divulgações sejam

evidenciadas com as seguintes informações: as políticas contábeis que foram adotadas

na mensuração dos estoques, incluindo formas e critérios de valoração utilizados;o valor

total que fora escriturado em estoques e o valor registrado em outras contas apropriadas

para a entidade;o valor de estoques escriturados pelo valor justo deduzido dos custos de

venda; o valor de estoques que foram reconhecidos como despesa durante o período; o

valor de qualquer redução de estoques que foi reconhecida no resultado do período;o

valor de toda e qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecida no

resultado do período;as circunstâncias ou os acontecimentos que levaram à reversão de

22 redução de estoques; e o montante escriturado de estoques dados como penhor de

garantia a passivos.

Haverá entidades cujo formato da demonstração do resultado irá resultar na

divulgação de valores que não sejam os custos dos estoques reconhecidos como despesa

durante do período, nestes casos, a organização deve apresentar a demonstração do

custo das vendas usando uma classificação baseada na natureza desses custos, item por

item.

**3.2.3 CPC 20 (R1) – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS**

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção

ou produção de um ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos

de empréstimos devem ser reconhecidos como despesa.

A entidade deve aplicar este Pronunciamento na contabilização dos custos de

empréstimos.

O Pronunciamento não trata do custo real ou imputado a títulos patrimoniais

(custo do capital próprio), incluindo ações preferenciais classificadas no patrimônio

líquido.

22

A entidade não é requerida a aplicar este Pronunciamento aos custos de

empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de: (a) ativo

qualificável mensurado por valor justo, como por exemplo ativos biológicos; ou (a)

ativo qualificável mensurado por valor justo, como, por exemplo, ativos biológicos

dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 29; ou (Alterada pela Revisão CPC

08) (b) estoques que são manufaturados ou de outro modo produzidos, em larga escala e

em bases repetitivas.

A definição deste CPC utiliza os seguintes termos com os significados

especificados:

● Custos de empréstimos são juros e outros custos que a entidade incorre

em conexão com o empréstimo de recursos.

● Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período

de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda

pretendidos.

Custos de empréstimos podem incluir:

● encargos financeiros calculados com base no método da taxa efetiva de juros,

como descrito no CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de

Títulos e Valores Mobiliários e no CPC 48 – Instrumentos Financeiros;

(Alterada pela Revisão CPC 12)

● encargos financeiros relativos aos arrendamentos mercantis financeiros

reconhecidos de acordo com o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil;

e

● variações cambiais decorrentes de empréstimos em moeda estrangeira, na

extensão em que elas sejam consideradas como ajuste, para mais ou para menos,

do custo dos juros.

Dependendo das circunstâncias, um ou mais dos seguintes ativos podem ser

considerados ativos qualificáveis:

(a) estoques;

23

(b) plantas industriais para manufatura;

(c) usinas de geração de energia;

(d) ativos intangíveis;

(e) propriedades para investimentos;

(f) plantas portadoras.

Ativos financeiros e estoques que são manufaturados, ou de outro modo

produzidos, ao longo de um curto período de tempo, não são ativos qualificáveis. Ativos

que estão prontos para seu uso ou venda pretendidos quando adquiridos não são ativos

qualificáveis.

A entidade deve capitalizar os custos de empréstimos que são diretamente

atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável como parte do

custo do ativo. A entidade deve reconhecer os outros custos de empréstimos como

despesa no período em que são incorridos.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção

ou produção de ativo qualificável devem ser capitalizados como parte do custo do ativo

quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a

entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiabilidade. Quando a

entidade aplicar o Pronunciamento Técnico CPC 42 – Contabilidade e Evidenciação em

Economia Altamente Inflacionária (ou a sistemática de Correção Monetária Integral,

enquanto não aprovado esse Pronunciamento Técnico), deve reconhecer como parte dos

custos de empréstimos atribuíveis aos ativos qualificáveis apenas a parcela excedente à

inflação. A entidade deve divulgar:

(a) o total de custos de empréstimos capitalizados durante o período; e

(b) a taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de

empréstimos elegíveis à capitalização.

**3.2.4 CPC 27 - ATIVO IMOBILIZADO**

24

Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo

imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis

e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em

relação aos mesmos.

Para um bem ser enquadrado como imobilizado, ele precisa atender aos

seguintes requisitos, conforme o CPC 27:

● Deve ser tangível;

● Deve ser destinado para uso de produção ou fornecimento de

mercadorias e serviços, para aluguel a outros ou fins administrativos; e

● Deve ser utilizado por mais de um período.

O ativo imobilizado deve ser um item palpável. Marcas e patentes, por exemplo,

embora tenham valor agregado e sejam largamente utilizadas pela entidade, não

constituem essa conta (para tanto, há o grupo dos intangíveis).

Além disso, o bem tem que possuir o objetivo de alocação dos itens destinados

para produção e/ou venda de mercadorias e serviços, inclusive de ordem administrativa.

Ou seja, todo item que seja utilizado tanto para produzir quanto para vender um bem, ou

que seja utilizado para serviços internos da entidade que gerem benefícios econômicos à

mesma, deve ser enquadrado no imobilizado. A mesma regra vale na hipótese de

locação desse bem a outrem.

O custo de um item do ativo imobilizado compreende:

1. Seu preço de compra, acrescido de impostos de importação e impostos não

recuperáveis sobre a compra, após deduzidos os descontos comerciais e

abatimentos;

2. Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição

necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela

administração;

3. Custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual este

está localizado. Tais custos representam a obrigação em que uma entidade incorre 25

quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante um determinado

período para finalidades diferentes da produção de estoques durante esse período.

Custos diretamente atribuíveis são:

● Custos de benefícios aos empregados

● Custos de preparação do local;

● Custos iniciais de frete e de manuseamento;

● Custos de instalação e montagem;

● Custos com testes para verificar se o ativo está funcionando

corretamente,

● Honorários profissionais, contratados para fazer funcionar o

equipamento.

**3.2.5 CPC 04 (R1) - ATIVO INTANGÍVEL**

É um ativo identificável sem substância física, isto é, sem corpo físico. Os ativos

intangíveis são incorpóreos representados por direitos de uso de um bem ou direitos

associados a uma organização.

Exemplos:Softwares; Patentes; CPC 04 - Ativo Intangível - Marca Registrada

Marcas e Nomes Comerciais; Direitos Autorais; Direitos de Propriedade Industrial e de

Serviços;Licenças e Franquias; Desenvolvimento de Tecnologia; Know-how; Receitas e

Fórmulas; Modelos, Projetos e Protótipos e ISO 9000.

Os bens e direitos intangíveis, portanto, não podem ser tocados porque não têm

corpo, mas podem ser negociados, transferidos ou vendidos, essas são as características

básicas do intangível.

O ativo intangível deve ser classificado no subgrupo de ativo não circulante

somente se cumprir as seguintes exigências:

● O valor do ativo intangível deve ser mensurado com segurança;

26

● Devem ser comprovados os benefícios gerados por esse ativo em favor

da entidade;

● O ativo intangível pode ser identificável e separável do patrimônio da

empresa (pode ser vendido, transferido, alugado).

Dessa forma, uma empresa deve ser capaz de demonstrar que atende a todos os seguintes critérios:

● provável geração de benefícios futuros;

● custo mensurado com confiabilidade.

Assim, um ativo que atender à definição de ativo intangível e aos critérios de

reconhecimento deve ser reconhecido (contabilizado) no balanço patrimonial. Caso não

seja possível reconhecer um item como ativo intangível, ele deve ser registrado como

despesa. Mensurar um ativo intangível pode ser extremamente difícil, sobretudo os não

identificáveis ou separáveis. Quando o ativo pode ser identificado e separado, a medida

mais esclarecedora seria o valor presente de seus benefícios projetados. Porém,

normalmente é utilizado o custo de aquisição para efeito de registro contábil, por sua

maior objetividade.

A definição de vida útil dos ativos intangíveis acontece de duas formas:

● Definida: é o período determinado em que se espera que o intangível gere

entradas líquidas de caixa. Nesse caso, a amortização deve ser calculada

com base na estimativa de utilidade econômica, pelo método linear.

● Indefinida: quando não existe um limite previsível para o período durante

o qual o intangível deverá gerar entradas líquidas de caixa. Nesse caso,

os ativos intangíveis não devem sofrer amortização, entretanto, devem

ser submetidos a teste de impairment anualmente ou sempre que houver

qualquer sinal de que o ativo tenha se desvalorizado.

27

Os custos com o registro de marcas — industriais ou comerciais — normalmente ocorrem no início das atividades da empresa, mas também podem ocorrer no período de existência dela.

Assim, tais custos podem se referir a:

● registro da marca em nome próprio;

● marca já registrada adquirida de terceiros (a empresa adquirente passa a

ser proprietária); ou

● aquisição dos direitos de uso de determinada marca por prazo

determinado (a empresa adquirente tem a licença de uso pelo período

acordado em contrato).

Os custos que a empresa tiver para a criação de marcas próprias não devem ser

registrados na conta Ativo Intangível, uma vez que não podem ser separados dos custos

relacionados ao desenvolvimento do negócio como um todo. Nesse caso, devem ser

registrados como custo ou despesa operacional.

Para divulgar as informações referentes aos ativos intangíveis, as empresas

devem considerar as principais regras relacionadas a seguir, distinguindo os intangíveis

gerados internamente de outros intangíveis:

● Vida útil definida ou indefinida. Se definida, informar os prazos e as

taxas de amortização utilizadas; no caso de indefinida, informar o seu

valor contábil e os motivos que dão razão a essa avaliação;

● Os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida

útil definida;

● O valor contábil bruto da amortização acumulada, mais as perdas

acumuladas pela recuperação do valor “impairment”, no início e no fim

do período;

28

● As contas da demonstração do resultado no qual a amortização dos ativos

intangíveis foi incluída;

● A conciliação do valor contábil no início e no final do período;

● Valor agregado dos gastos com pesquisa e desenvolvimento

reconhecidos no resultado durante o período.

**3.2.6 CPC 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE**

O AVP tem como objetivo o ajuste para demonstrar o valor presente de um

fluxo de caixa futuro. Que pode estar representado por ingressos ou saídas recursos.

Para determinar o valor presente é necessário conhecer:

● Valor do fluxo futuro;

● Data do fluxo financeiro; e

● Taxa de desconto.

É cada vez mais frequente as entidades prorrogarem seus prazos de pagamento,

assim, o ajuste a valor presente tem a finalidade de trazer para o valor atual os direitos e

as obrigações da entidade, que serão concluídos ou solicitados em uma data futura.

O Pronunciamento afirma que:

● Deverão ser submetidos ao ajuste a valor presente todos os realizáveis e

exigíveis de forma que tenham sido negociados ou determinados sem a

previsão de encargos ou rendimentos financeiros;

● Não deverão estar sujeitos a ajuste a valor presente, os realizáveis e

exigíveis sem possibilidade ou com grande dificuldade de determinação

de data de seu vencimento;

● Na data inicial do contrato, as taxas de desconto devem ser as que mais

estabelecem risco da entidade envolvida;

● O valor presente de uma obrigação deverá condizer ao valor justo do

ativo na data inicial, exceto quanto à aquisição de um bem sob a taxa de

financiamento fora das condições de mercado;

29

● Os ajustes de valor presente de obrigações vinculadas a ativos não

monetários serão estimados em reduções de ativos;

● Os valores de ajuste originalmente realizados deverão ser revertidos no

decorrer do tempo com base na taxa efetiva de juros;

O CPC 12 trata essencialmente de questões de mensuração que é a dimensão

contábil que envolve a decisão de “por quanto registrar” a questão mais significativa

para a aplicação de valor presente é a definição de diretrizes gerais e de metas a serem

alcançadas, que são: O valor do dinheiro no tempo; Incertezas associadas (riscos) – são

obrigatoriamente levadas em consideração para efeito de mensuração;

Ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos devem ser

mensurados pelo AVP, já os ativos e passivos não monetários com juros embutidos, não

devem ser submetidos a ajustes subsequentes.

**3.3 TEORIA DA CONTABILIDADE**

De acordo com o CPC 00, para que a informação contábil financeira seja útil, ela

precisa possuir características qualitativas fundamentais e características qualitativas de

melhoria. Se a informação contábil financeira é para ser útil, ela precisa ser relevante a que

se propõe a representar. A utilidade da informação contábil financeira é melhorada se

ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível.

O processo mais eficiente e mais efetivo para aplicação das características

qualitativas fundamentais usualmente seria o que segue (sujeito aos efeitos das

características de melhoria e à restrição do custo, que não são considerados neste

exemplo). Primeiro, identificar o fenômeno econômico que tenha o potencial de ser útil

para os usuários da informação contábil financeira reportada pela entidade. Segundo

identificar o tipo de informação sobre o fenômeno que seria mais relevante se estivesse 30

disponível e que poderia ser representado com fidedignidade. Terceiro, determinar se a

informação está disponível e pode ser representada com fidedignidade. Dessa forma, o

processo de satisfazer as características qualitativas fundamentais chega ao seu fim.

Caso contrário, o processo deve ser repetido a partir do próximo tipo de

informação mais relevante.

As Características Qualitativas Fundamentais são: As características qualitativas

fundamentais são relevância e representação fidedigna.

Relevância: uma informação relevante é aquela capaz de fazer diferença nas

decisões que possam ser tomadas pelos usuários. A informação pode ser capaz de fazer

diferença em uma decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não a levar em

consideração, ou já tiver tomado ciência de sua existência por outras fontes.

A informação contábil financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver

valor preditivo, valor confirmatório ou ambos.

O valor preditivo e o valor confirmatório da informação contábil financeira estão

inter-relacionados.

A informação que tem valor preditivo muitas vezes também tem valor

confirmatório. Por exemplo, a informação sobre receita para o ano corrente, a qual pode

ser utilizada como base para predizer receitas para anos futuros, também pode ser

comparada com predições de receita para o ano corrente que foram feitas nos anos

anteriores. Os resultados dessas comparações podem auxiliar os usuários a corrigirem e

a melhorarem os processos que foram utilizados para fazer tais predições.

Representação fidedigna: Os relatórios contábeis financeiros representam um

fenômeno econômico em palavras e números. Para ser útil, a informação contábil

financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem também que

representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. Para ser

representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos.

Ela tem que ser completa neutra e livre de erro. É claro, a perfeição é rara, se de fato

alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível.

31

O retrato da realidade econômica completo deve incluir toda a informação

necessária para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado, incluindo todas

as descrições e explicações necessárias. Por exemplo, um retrato completo de um grupo

de ativos incluiria, no mínimo, a descrição da natureza dos ativos que compõem o

grupo, o retrato numérico de todos os ativos que compõem o grupo, e a descrição acerca

do que o retrato numérico representa (por exemplo, custo histórico original, custo

histórico ajustado ou valor justo). Para alguns itens, um retrato completo pode

considerar ainda explicações de fatos significativos sobre a qualidade e a natureza

desses itens, fatos e circunstâncias que podem afetar a qualidade e a natureza deles, e os

processos utilizados para determinar os números retratados.

Um retrato neutro da realidade econômica é desprovido de viés na seleção ou na

apresentação da informação contábil financeira. Um retrato neutro não deve ser

distorcido com contornos que possa receber dando a ele maior ou menor peso, ênfase

maior ou menor, ou qualquer outro tipo de manipulação que aumente a probabilidade de

a informação contábil financeira ser recebida pelos seus usuários de modo favorável ou

desfavorável. Informação neutra não significa informação sem propósito ou sem

influência no comportamento dos usuários. A bem da verdade, informação contábil

financeira relevante, por definição, é aquela capaz de fazer diferença nas decisões

tomadas pelos usuários.

Representação fidedigna não significa exatidão em todos os aspectos. Um retrato

da realidade econômica livre de erros significa que não há erros ou omissões no

fenômeno retratado, e que o processo utilizado, para produzir a informação reportada,

foi selecionado e foi aplicado livre de erros. Nesse sentido, um retrato da realidade

econômica livre de erros não significa algo perfeitamente exato em todos os aspectos.

Por exemplo, a estimativa de preço ou valor não observável não pode ser

qualificada como sendo algo exato ou inexato. Entretanto, a representação dessa

estimativa pode ser considerada fidedigna se o montante for descrito claramente e

precisamente como sendo uma estimativa, se a natureza e as limitações do processo 32

forem devidamente reveladas, e nenhum erro tiver sido cometido na seleção e aplicação

do processo apropriado para desenvolvimento da estimativa.

**3.3.1 ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE**

O CPC 00 tem como objetivo descrever o objetivo dos relatórios contábil-

financeiro, descreverem as qualidades qualitativas da informação contábil-financeira

útil e também demonstrar a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das

demonstrações contábeis.

Os relatórios contábil-financeiros são o pilar da estrutura conceitual, e a partir

daí outros conceitos se iniciam. Abaixo destacamos a introdução do CPC 00 R1:

Introdução OB1.

“O objetivo da elaboração e divulgação

de relatório contábil-financeiro de propósito

geral constitui o pilar da Estrutura

Conceitual. Outros aspectos da Estrutura

Conceitual – como o conceito de entidade

que reporta a informação, as características

qualitativas da informação contábil-

financeira útil e suas restrições, os

elementos das demonstrações contábeis, o

reconhecimento, a mensuração, a

apresentação e a evidenciação – fluem

logicamente desse objetivo.’’

O objeto do relatório contábil-financeiro é fornecer informações para os usuários

desta contabilidade, como investidores, clientes, fornecedores, que a partir dessas 33

demonstrações analisaram a situação da empresa e assim poderão tomar uma decisão,

seja de compra, venda, empréstimos de recursos, entre outros.

Existem algumas características que ajudam a compreender e melhorar as

demonstrações, são elas características qualitativas fundamentais e qualitativas de

melhoria. Segundo capitulo 3 do CPC 00 que relata as Características qualitativas da

informação contábil-financeira útil, se a informação contábil-financeira é para ser útil,

ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar.

A utilidade da informação contábil financeira é melhorada se ela for comparável,

verificável, tempestiva e compreensível.

As Características Qualitativas de Melhoria são:

Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são

características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e

que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria

podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas que sejam consideradas

equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação deve ser usada

para retratar um fenômeno.

Comparabilidade: As decisões de usuários implicam escolhas entre alternativas,

como, por exemplo, vender ou manter um investimento, ou investir em uma entidade ou

outra. Consequentemente, a informação acerca da entidade que reporta informação será

mais útil caso possa ser comparada com informação similar sobre outras entidades ne

com informação similar sobre a mesma entidade para outro período ou para outra data.

Comparabilidade: é a característica qualitativa que permite que os usuários

identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

Verificabilidade: A verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a

informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe

representar. Significa que diferentes observadores, cônscios e independentes, podem

chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo,

quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação 34

fidedigna. Informação quantificável não necessita ser um único ponto estimado para ser

verificável. Uma faixa de possíveis montantes com suas probabilidades respectivas pode

também ser verificável.

Tempestividade: Tempestividade significa ter informação disponível para

tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões. Em geral, a

informação mais antiga é a que tem menos utilidade. Contudo, certa informação pode

ter o seu atributo tempestividade prolongado após o encerramento do período contábil,

em decorrência de alguns usuários, por exemplo, necessitarem identificar e avaliar

tendências.

Compreensibilidade: Classificar, caracterizar e apresentar a informação com

clareza e concisão torna-a compreensível. Estrutura conceitual para a elaboração e

apresentação das demonstrações contábeis remanescentes.

As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa

que a entidade está em atividade e irá manter-se em operação por um futuro previsível.

Desse modo, parte-se do pressuposto de que a entidade não tem a intenção, nem

tampouco a necessidade, de entrar em processo de liquidação ou de reduzir

materialmente a escala de suas operações. Por outro lado, se essa intenção ou

necessidade existir, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em bases

diferentes e, nesse caso, a base de elaboração utilizada deve ser divulgada.

Relevância seria o quão necessário é apresentar determinada informação na

demonstração contábil, destacando-se que essa característica não é reconhecida como de

melhoria.

**3.3.2 ATIVO E PASSIVO**

Deverão ser apresentados no mínimo três conceitos diferentes para ativo e

passivo, e a equipe também deverá formular seu próprio conceito para ativo e passivo.

Também deverão ser abordadas as formas para seu reconhecimento,

devidamente embasadas.

35

Um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que

benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou

valor puder ser mensurado com confiabilidade.

Um ativo não deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando os gastos

incorridos não proporcionarem a expectativa provável de geração de benefícios

econômicos para a entidade além do período contábil corrente. Ao invés disso, tal

transação deve ser reconhecida como despesa na demonstração do resultado.

Esse tratamento não implica dizer que a intenção da administração ao incorrer

nos gastos não tenha sido a de gerar benefícios econômicos futuros para a entidade ou

que a administração tenha sido mal conduzida. A única implicação é que o grau de

certeza quanto à geração de benefícios econômicos para a entidade, além do período

contábil corrente, é insuficiente para garantir o reconhecimento do ativo.

Ativos são os direitos e bens do comércio, como: contas a receber, terrenos e

caixa. E/ou ativo é aquele recurso capaz de gerar benefícios econômicos futuros.

Os ativos são divididos em circulante e não circulante, ativos circulantes são

aqueles suscetíveis a passarem por transações no próximo ciclo normal da empresa que

geralmente tem-se por base 1 ano; ativos não circulante são títulos, ações e afins, que

são identificados por investimentos em outras empresas, sem a intenção de vende-los

em curto prazo; ativos fixos são os bens e direitos projetados a durar um longo prazo e

serem utilizados em operações recorrentes da empresa e não vende-los.

Passivos são os deveres e obrigações do comércio, como: contas a pagar, IRPJ a

recolher, empréstimos bancários. Também são classificados por curto longo prazo.

Passivo circulante (curto prazo), é a conta que a entidade planeja quitar num

curto espaço de tempo, geralmente fixado em 1 ano; passivo não circulante (longo

prazo), é o dever de maior prazo, normalmente que serão pagos depois de 1 ano;

passivos de exercícios futuros são os quais foram quitados atualmente porém eram

dívidas de um próximo exercício, como adiantamento das parcelas de um

financiamento.

36

Um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável

que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em

liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser

mensurado com confiabilidade. O reconhecimento dos passivos exige o reconhecimento

dos correspondentes ativos ou despesas.

**3.3.3 RECEITAS, DESPESAS, PERDAS E GANHOS**

Deverão ser apresentados os conceitos de receita, despesa, perdas e ganhos,

assim como as formas para o seu reconhecimento.

A receita é definida como aumento nos benefícios econômicos durante o período

contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de

passivos que resultam em aumentos do patrimônio líquido da entidade e que não sejam

provenientes de aporte de recursos dos proprietários da entidade. As receitas englobam

tanto as receitas propriamente ditas como os ganhos. A receita surge no curso das

atividades ordinárias da entidade e é designada por uma variedade de nomes, tais como

vendas, honorários, juros, dividendos e royalties.

A questão primordial na contabilização da receita é determinar quando

reconhecê-la. A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios

econômicos futuros fluam para a entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente

mensurados.

A receita deve ser contabilizada com o valor mais fidedigno possível, assim

temos o valor justo que é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria

pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes

do mercado na data de mensuração.

Despesa, para a Contabilidade, é o gasto necessário para a obtenção de receita.

As Despesas são gastos que não se identificam com o processo de transformação

ou produção dos bens e produtos. As despesas estão relacionadas aos valores gastos

com a estrutura administrativa e comercial da empresa.

37

Existem as despesas indiretas e diretas, a despesa direta é aquela facilmente

identificadas e vinculadas a atividade fim do negócio, como custo de aquisição dos

produtos, salário dos funcionários, etc. Já a despesa indireta, ao contrário das despesas

diretas, é aquela que não se vislumbra tão facilmente como custo da empresa, por

exemplo, materiais de mídia, seguros.

**3.4 PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS**

Neste tópico deverão ser apresentadas as demonstrações contábeis geradas pelo

sistema após o encerramento e conferência de todos os lançamentos executados. Os

relatórios deverão ser inseridos como anexos no final do trabalho.

O sistema contábil que utilizamos para realizar os lançamentos é o netspeed, que

compreende em uma maneira de avaliar, registrar e controlar as movimentações da

empresa. A montagem do plano de contas foi personalizada, já que os usuários de

informações podem necessitar de detalhamentos específicos, já que um modelos de

contas geral pode não entender.

Após entrarmos no site da Bovespa escolhemos a empresa que é a Lojas

Americanas, logo foi cadastrados todos os planos de contas no sistema netspeed.

Em seguida foi realizado o cadastro da empresa no perfil do sistema,

cadastramos todos os planos de contas e em seguida realizamos os lançamentos mensais

da empresa.

Foram feitos três meses de lançamentos de folha de pagamento, de compra e

venda de mercadoria e de lançamentos de contabilidade comercial.

**3.4.1 – BALANÇO PATRIMONIAL**

38

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar,

qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e

financeira da Entidade.

As contas deverão ser classificadas segundo os elementos do patrimônio que

registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação

financeira da empresa.

De acordo com o § 1o do artigo 176 da Lei 6.404/76, as demonstrações de cada

exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das

demonstrações do exercício anterior, para fins de comparação.

O Balanço Patrimonial é constituído pelo:

● Ativo que compreende os bens, os direitos e as demais aplicações de

recursos controlados pela entidade, capazes de gerar benefícios econômicos futuros,

originados de eventos ocorridos.

● Passivo compreende as origens de recursos representados pela

obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para

a sua liquidação.

● Patrimônio Líquido compreende os recursos próprios da Entidade, e seu

valor é a diferença positiva entre o valor do Ativo e o valor do Passivo.

Os elementos da mesma natureza e os saldos de reduzido valor quando

agrupados, e desde que seja indicada a sua natureza e nunca devem ultrapassar, no total,

um décimo do valor do respectivo grupo de contas, sendo vedada a utilização de títulos

genéricos como “diversas contas” ou “contas correntes”

**3.4.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE**

É documento contábil de demonstração cujo o objetivo é é detalhar a formação

do resultado líquido de um exercício pela confrontação das receitas, custos e despesas

de uma empresa, apuradas segundo o princípio contábil do regime de competência 39

(receitas e despesas devem ser incluídas na operação do resultado do período em que

ocorrem). Em outras palavras, uma DRE apresenta o resumo financeiro dos resultados

operacionais e não operacionais de uma empresa.

Para fins legais de divulgação, ela abrange o período estabelecido como

exercício financeiro, que normalmente vai de janeiro a dezembro. Entretanto, também

pode ser elaborada mensalmente para fins administrativos e trimestralmente para fins

fiscais.

**3.4.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC**

A sigla DFC significa Demonstração do Fluxo de Caixa e é um relatório de

contabilidade que pretende mostrar as entradas e saídas de dinheiro do caixa de uma

empresa e quais foram os resultados desse fluxo.

Também conhecida como Demonstrativo do Fluxo de Caixa, a DFC ajuda a

entender e analisar a capacidade de uma empresa de gerar caixa e equivalentes de caixa

em um determinado período por meio dos seus pagamentos e recebimentos em dinheiro.

Esse relatório detalha qual a origem dos recursos obtidos por uma empresa e

como eles foram aplicados. Apesar de seu nome, a DFC não inclui apenas o fluxo de

caixa propriamente dito. Entram na demonstração, além do caixa, todas as outras contas

do grupo do disponível, como contas bancárias e aplicações de liquidez imediata.

**3.4.4 – RAZÃO CONTÁBIL**

O Livro Razão é um registro de escrituração que tem a finalidade de coletar

dados cronológicos de todas as transações registradas no Livro Diário e organizá-las por

contas individualizadas.

Com o Livro Razão, é possível controlar o movimento de todas as contas

contábeis separadamente. Esse controle individual permite apurar saldos e seus

resultados (por exemplo, saldo de uma determinada despesa ou da receita de vendas).

40

Dessa forma, o Livro Razão fornece um histórico detalhado de transações e o

saldo atual de cada conta do sistema contábil, durante o período selecionado.

No final do exercício, os livros, portanto, servem como fonte autorizada de

dados para a criação de relatórios contábeis/financeiros de uma empresa, como o

balancete, balanço patrimonial, entre outros.

**3.5 CONTABILIDADE COMERCIAL**

Nesta unidade de estudo apreendemos os lançamentos contábeis com relação a

compra e venda de mercadorias, sendo elas a vista ou a prazo, juntamente os impostos

incidentes nessas transações comerciais. Também vimos a mensuração de estoques, os

lançamentos da folha de pagamento e seus devidos encargos. Provisões como de férias e

décimo terceiro salário. Com relação à operações financeiras, vimos empréstimos e

financiamentos, simultaneamente juros a apropriar sobre estes fatos, e duplicatas

descontadas.

**3.5.1 – TRANSAÇÕES COMERCIAIS**

Deverão ser apresentados os procedimentos e os lançamentos contábeis para se

efetuar os registros de aquisição e revenda de mercadorias. Deverão ser considerados os

seguintes tributos: ICMS, PIS (cumulativo e não cumulativo) e COFINS (cumulativo e

não cumulativo). A apuração e os lançamentos para a apuração do custo da mercadoria

vendida também deverão ser apresentados.

Nessas transações temos os lançamentos relacionados a compra e venda de

mercadorias. No ocorrer desta operação gera-se os impostos cumulativos ou não. Os

impostos cumulativos incidem em todas as etapas intermediárias dos processos

produtivo e/ou de comercialização de determinado bem, inclusive sobre o próprio

imposto/tributo anteriormente pago, da origem até o consumidor final, influindo na

composição de seu custo e, em consequência, na fixação de seu preço de venda. No 41

entanto o imposto não cumulativo ocorre na etapa subsequente dos processos produtivos

e/ou de comercialização, não incide sobre o mesmo imposto/tributo recolhido na etapa

anterior. Exemplos: IPI, ICMS e PIS/COFINS Não Cumulativos. Lembrando-se que o

imposto sobre circulação de mercadorias e serviços sempre será totalmente recuperável.

Abaixo vemos o lançamento correspondente à compra de mercadoria.

D- ICMS A RECUPERAR

D-PIS A RECUPERAR

D-COFINS A RECUPERAR

D-COMPRA DE MERCADORIAS

C- FORNECEDORES

Nesta operação recuperamos todos os impostos incidentes, e assim eles não

serão inseridos no valor do produto. Tal fato ocorreu, pois, consideramos a apuração

desses tributos de forma não cumulativa. Se a forma de apuração for cumulativa, não

existe a recuperação (crédito) dos tributos. Isso ocorre, por exemplo, com PIS/COFINS

no regime Lucro Real.

Na venda das mercadorias os impostos serão abatidos, como deduções da receita

bruta. Assim eles ficarão na demonstração de resultado do exercício e no passivo.

Observa-se os seguintes lançamentos:

D- CAIXA se a vista; DUPLICATAS A RECEBER se a prazo

C-VENDAS

D- ICMS S/ VENDAS

C-ICMS A RECOLHER

D- PIS S/ VENDAS

C-PIS A RECOLHER

D-COFINS S/ VENDAS

C-COFINS A RECOLHER

42

Contudo, os impostos ficarão a recolher e também nas despesas no exercício.

Após a compra e venda, devemos apurar os impostos e o custo de mercadoria

vendida (CMV). Onde os impostos a recolher serão abatidos aos impostos a recuperar

(caso em que a apuração seja não cumulativa), podendo restar-se a recolher ou a

recuperar. E o CMV, soma-se compras com o estoque inicial e retira-se o estoque final,

resultando assim no custo da mercadoria vendida.

A seguir os lançamentos de apuração:

- Os impostos

O valor a ser lançado deverá ser aquele que for menor, se o a recuperar tiver x

valor a crédito, deverá ser debitado x valor no a recolher. Lançamentos:

D-ICMS A RECOLHER

C-ICMS A RECUPERAR

D-PIS A RECOLHER

C-PIS A RECUPERAR

D-COFINS A RECOLHER

C-COFINS A RECUPERAR

- O CMV

No custo de mercadoria vendida necessitamos do valor inicial do estoque, sendo

ele maior ou igual a zero, o valor final do estoque e valor de compras do período a ser

apurado. Assim obtemos o seguinte lançamento:

D-ESTOQUE INICIAL

D-COMPRAS

C-ESTOQUE FINAL

Assim sendo, finaliza-se os lançamentos relacionados a compra e venda de

mercadoria, juntamente com as devidas apurações.

**3.5.2 – OPERAÇÕES FINANCEIRAS**

43

São operações realizadas pelas empresas com o objetivo de gerar recursos

financeiros. São diversas as modalidades das operações financeiras, destacando-se:

aplicações financeiras, empréstimos, desconto de duplicatas e descontos obtidos e

concedidos.

Os empréstimos ocorrem quando a empresa necessita de capital para melhorar

sua saúde financeira. Um exemplo seria as Instituições Financeiras, que emprestam

dinheiro ao devedor, mediante pagamento de juros Os empréstimos possuem juros

pré-fixado e pós-fixado, onde pré-fixado sabemos no ato do empréstimo quanto vamos

pagar corretamente de juros e o pós-fixado somente saberemos ao final da liquidação do

empréstimo, por ser pago juros mês a mês e sendo calculado com taxas diferentes

dependendo do que for estipulado. A contabilização destes empréstimos fica da seguinte

forma:

- No ato do empréstimo pré-fixado:

D- BANCOS

C- EMPRÉSTIMOS A PAGAR

D- DESPESA DE JUROS A APROPRIAR

C-EMPRÉSTIMOS A PAGAR

Vemos que já está apropriado os juros, e agora devemos somente dar baixa a

cada final de período estipulado (mês/ano).

- No ato do empréstimo pós-fixado:

D- BANCOS

C- EMPRÉSTIMOS A PAGAR

Neste caso os juros serão contabilizados a cada final de período estipulado

(mês/ano), com base na taxa e o valor de juros a ser pago.

As duplicatas descontadas são geradas a través da necessidade de antecipar o

recebimento das vendas a prazo. Assim a empresa procura uma instituição financeira

para descontar suas duplicatas a receber. A instituição cobrará determinados juros por

estar adiantando este valor. Nessa fase devemos seguir os seguintes lançamentos:

44

-Descontado a duplicata:

D- BANCOS

C- DUPLICATAS DESCONTADAS

-Apropriação dos juros total:

D- ENCARGOS A APROPRIAR

C- DUPLICATAS DESCONTADAS

Apropriação dos juros referente ao período que passou:

D- DESPESA DE JUROS S/ DUPLIC. DESCONTADAS

C- ENCARGOS A APROPRIAR

-Baixa na conta de duplicatas descontadas a partir do aviso do banco:

D- DUPLICATAS DESCONTADAS

C- DUPLICATAS A RECEBER

Estes lançamentos serão feitos se o cliente pagar sua dívida, no entanto se ele

não pagar quem será responsável por quitar o banco é a empresa que descontou a

duplicata. Os descontos condicionais e incondicionais ocorrem no momento do

recebimento da venda ou no próprio momento da venda. O desconto condicional ocorre,

por exemplo, quando o cliente paga adiantado sua dívida, podendo ser fornecido a ele

um desconto. Já desconto incondicional é quando no ato da venda a empresa fornece ao

seu cliente um desconto, mesmo podendo dar a ele, um prazo para a quitação desta

compra. A contabilização destes fatos ocorre da seguinte forma:

- Desconto condicional

D- CLIENTES

C- VENDAS

D- BANCO

D- DESCONTO CONDICIONAL

C- CLIENTES

45

-Desconto incondicional:

D- CLIENTES

D- DESCONTO INCONDICIONAL

C- VENDAS

Contudo, finaliza-se a parte de transações financeiras.

**3.5.3 – OPERAÇÕES COM FOLHA DE PAGAMENTO**

Na folha de pagamento, além dos salários dos funcionários, constam também

outros valores, tais como: férias, 13o salário, INSS e IRRF descontados dos salários,

aviso prévio, adiantamento de salário, valor do desconto relativo ao vale transporte e às

refeições e ainda o valor do FGTS incidente sobre os salários.

Podem, ainda, constar na folha de pagamento de salários, as verbas pagas aos

funcionários por ocasião da rescisão de contrato de trabalho.

Veja abaixo os lançamentos relacionados ao pagamento de salários dos

funcionários:

-Adiantamento de salário:

D- SALÁRIOS A PAGAR

C-ADIANTAMENTO A FUNCIONÁRIOS

D- ADIANTAMENTO A FUNCIONÁRIOS

C- IRRF A RECOLHER

C- BANCO

-O salário bruto:

D- DESPESA DE SALÁRIOS E ORDENADOS

C-SALÁRIOS A PAGAR

-Os encargos parte do empregado sobre salário:

D- SALÁRIOS A PAGAR

C-CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A RECOLHER

D- SALÁRIOS A PAGAR

C-IRRF A RECOLHER

46

D- SALÁRIOS A PAGAR

C-CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL A RECOLHER

-Os encargos parte do empregador sobre salário:

D- DESPESA COM FGTS

C- FGTS A RECOLHER

D- DESPESA COM C.P.P.

C-CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A RECOLHER

Os valores que o empregado deve pagar como contribuição previdenciária,

contribuição assistencial e imposto de renda retido na fonte (IRRF), são descontados em

folha de pagamento e o dever de recolher é do empregador. Os valores a serem pagos

para o empregado salário e FGTS, e a contribuição patronal previdenciária são alocados

como despesas para a empresa.

47

**4 CONCLUSÃO**

Este projeto teve como objetivo demonstrar os conceitos básicos da

contabilidade, lançamentos relacionados aos movimentos de uma empresa relacionada

ao comércio. Utilizamos como base para produzir os relatórios o balanço patrimonial da

empresa Lojas Americanas S.A.

Em contabilidade avançada descrevemos sobre métodos que são utilizados para

contabilizar os investimentos, com método de equivalência patrimonial e método custo

histórico. Destes métodos origina-se alguns conceitos como coligadas e controladas,

ágio e deságio, mais valia, que foram explicados com base nos Conceitos e

Pronunciamentos Contábeis (CPC) correspondentes.

Abordamos algumas teorias da contabilidade para melhor compreender os

direitos, deveres e obrigações da instituição. Conceituamos ativo, passivo, despesas e

perdas, receitas e ganhos, que é essencial para que a característica de fidelidade sobre as

demonstrações seja alcançada de maneira fácil e objetiva. Estes conceitos são abordados

para que os contadores possam passar a informação correta e explicita para o usuário da

contabilidade. Os Conceitos e Pronunciamentos Contábeis veem para ajudar a mensurar

todos os valores patrimoniais e de resultado, eles evidenciam o momento correto de

contabilização, a forma correta de atualizar os valores que estão no balanço, e outras

questões que aparecem no dia a dia contábil.

48

Após os conceitos básicos da contabilidade, abordamos alguns lançamentos

principais da contabilidade comercial, como a compra e venda de mercadorias.

Impostos a recuperar e sobre vendas, apuração destes impostos e também do custo de

mercadoria vendida, lançamentos da folha e seus devidos encargos, que ajudaram ao

entendimento na forma de contabilização de alguns eventos da contabilidade.

Para o enriquecimento do projeto, com o apoio da unidade de estudo Práticas

em Sistemas contábeis, anexamos neste trabalho algumas demonstrações que foram

geradas a partir dos lançamentos contábeis.

Assim este projeto demonstrou conceitos e pronunciamentos contábeis, alguns

lançamentos comerciais e por fim algumas demonstrações contábeis geradas por sistema

contábil.

49

**REFERÊNCIAS**

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTABÉIS. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil – Financeiro. Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). Disponível em: www.cpc.org.br.Acesso em 30 de abril 2019.

CPC - Pronunciamento Técnico CPC 16 Estoques (R1). Disponível em <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento? Id=47>. Acesso em 27 de abril 2019.

CPC - Pronunciamento Técnico CPC 30 (R1) Receitas. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento? Id=61> Acesso em 27 de abril 2019.

CPC - Pronunciamento Técnico CPC 27 Ativo Imobilizado. Disponível em:< http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?I d=58>. Acesso em 27 de abril 2019.

CPC - Pronunciamento Técnico CPC 04 Ativo Intangível. Disponível em: :<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento ?Id=35>. Acesso em 27 de abril 2019.

CPC - Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstrações do Valor Adicionado. Disponível em:<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciame nto?Id=40>. Acesso em 27 de abril 2019..

CPC - Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) Método de Equivalência Patrimonial. Disponível em http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?I d=49>. Acesso em 27 de abril 2019.

Lançamentos referente folha de pagamento disponível em: http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/folhadepg.htm. Acesso em 08 de maio 2019.

Lei 11.638 de 28 de Dezembro de 2017.

Lei 6.404 de 15 de Dezembro de 1976.

50

51

**ANEXOS**

52

53

54

55